

NÃO ZERO:

Como as metas “net zero” disfarçam a inacção climática

Briefing técnico conjunto de organizações de justiça climática

OUTUBRO 2020

act:onaid



TWN
Third World Network

what?
next?

Nota: Por uma questão de simplicidade, utilizamos o estrangeirismo “net zero” ao longo deste texto. O correspondente termo em Português é “zero emissões líquidas”.

Longe de significar ambição climática, a frase “net zero” está a ser usada por uma maioria de governos e corporações poluidores para fugir à responsabilidade, transferir fardos, disfarçar a inacção climática, e em alguns casos até para aumentar a extracção, a queima e as emissões de combustíveis fósseis. O termo é utilizado para tornar os negócios mais “verdes” – como é hábito ou mesmo “mais verdes” – do que é hábito. No cerne destas promessas estão metas pequenas e distantes que não requerem qualquer acção durante décadas, e promessas de tecnologias que provavelmente nunca funcionarão em escala, e que são susceptíveis de causar enormes danos se se concretizarem.

Principais conclusões:

- O termo “net zero” é utilizado pelos maiores poluidores e governos do mundo como fachada para fugir à responsabilidade e disfarçar a sua inacção ou acção nociva sobre as mudanças climáticas.
- “Emissões net zero” não significam “emissões zero”, e não devem ser aceites ao valor nominal.
- Simplesmente não há terra disponível suficiente no planeta para acomodar todos os planos combinados “net zero” das empresas e governos para compensações e plantações de árvores para Bionergia com Captura e Armazenamento de Carbono (BECCS).
- Colectivamente, as metas climáticas “net zero” permitem níveis crescentes contínuos de emissões de gases de efeito de estufa (GEE), enquanto se espera que tecnologias ou plantações de árvores consigam sugar dióxido de carbono (CO₂) do ar no futuro.
- Ao colocar o fardo do sequestro de carbono em terras e plantações de árvores nos países do Sul global – que pouco fizeram para causar a crise climática – a maioria das metas climáticas “net zero” estão efectivamente a conduzir a uma forma de colonialismo do carbono.
- Muitos governos e empresas comprometeram-se a alcançar “net zero” numa data distante, agravando ainda mais os danos causados. O “net zero até 2050” é muito pouco, é demasiado tarde.
- Ao avaliar as metas “net zero”, devemos lembrar-nos das questões-chave de justiça e ética: A terra é de quem? As florestas são de quem? De quem são as emissões? De quem é a responsabilidade?
- Em vez de dependermos de tecnologias futuras e de usurpações de terras prejudiciais, precisamos de planos climáticos que reduzam radicalmente as emissões a Zero Real.

Introdução

Há um crescente impulso global para metas climáticas “net zero”. Muitos governos e empresas já declararam metas climáticas “net zero”. O governo Britânico como Presidente da COP26 pretende utilizar a cimeira climática global de 2021 para criar pressão sobre países e empresas no sentido de anunciarem novas metas “net zero”. Muitas organizações, meios de comunicação e políticos retratam isto como um sinal positivo de que o mundo está no bom caminho para evitar uma ruptura climática descontrolada, mas isto está longe de ser verdade.

Embora possa parecer semelhante, a frase “emissões net zero” NÃO significa “emissões zero”. Em quase todos os casos significa exactamente o oposto e, em vez disso, é utilizada como um esquema de lavagem ecológica impulsionado pelo poluidor. A maioria das metas “net zero” envolve planos vagamente redigidos com lacunas que permitem que as emissões continuem a aumentar – frequentemente durante décadas – com base no pressuposto de que no futuro novas tecnologias (arriscadas, não comprovadas e prejudiciais) serão capazes de remover dióxido de carbono da atmosfera e compensar ou “eliminar” essas emissões. Este processo de remoção depende geralmente do Sul global. Isto significa que os países menos responsáveis por causar a crise climática, e que já suportam os maiores impactos da emergência climática, carregariam o fardo adicional de fazer o trabalho do Norte global ou os países desenvolvidos deveriam estar a fazer eles próprios a redução das emissões.

As metas “net zero” não devem ser aceites ao valor nominal, nem devem ser assumidas como a significar progresso em direcção a um futuro seguro para o clima, como os governos e as empresas nos querem fazer crer. De facto, metas “net zero” fracas aceleram a nossa perigosa trajectória rumo a uma mudança climática desenfreada. A sociedade civil, os meios de comunicação e os governos devem examinar os anúncios “net zero” para avaliar se se estão a comprometer com acções reais. Ou, mais

provavelmente, esta é simplesmente uma frase que requer pouca acção real no tempo necessário? Devemos olhar para além dos *slogans* e expor as tentativas de usar o termo para ofuscar, distrair ou atrasar as reduções reais de emissões. É necessário um forte escrutínio e pressão para realizar a transformação necessária para reduzir as emissões ao Zero Real e evitar o caos climático.

Precisamos de acção real para as emissões Zero Real

O Planeta Terra já está a quebrar tantos pontos de inversão ambiental que mais de 1,5°C de aquecimento pode ser travado dentro dos próximos dez anos.¹ Para realmente fazer o árduo trabalho necessário para evitar uma catástrofe climática descontrolada, os países do Norte global e as corporações transnacionais (TNCs) têm de parar rapidamente de poluir e reduzir as suas emissões anuais para quase zero, ou Zero Real, dentro de uma década.

São necessários marcos intermédios extremamente ambiciosos para 2025 e 2030 para colocar estes planos no bom caminho. Para os governos – particularmente os países desenvolvidos mais ricos com a maior responsabilidade histórica por causar a crise climática – reduzirem as emissões para uma meta Zero Real significativa requer a reestruturação de múltiplos sectores, incluindo a energia, a agricultura, os transportes, a habitação e a indústria. Ao mesmo tempo, os ecossistemas biodiversificados devem ser protegidos e restaurados para reduzir rapidamente as emissões. E tudo isto deve ser feito ao mesmo tempo que se protegem os direitos humanos. O papel dos serviços públicos e utilitários deve ser reorganizado, para permitir um planeamento integrado.

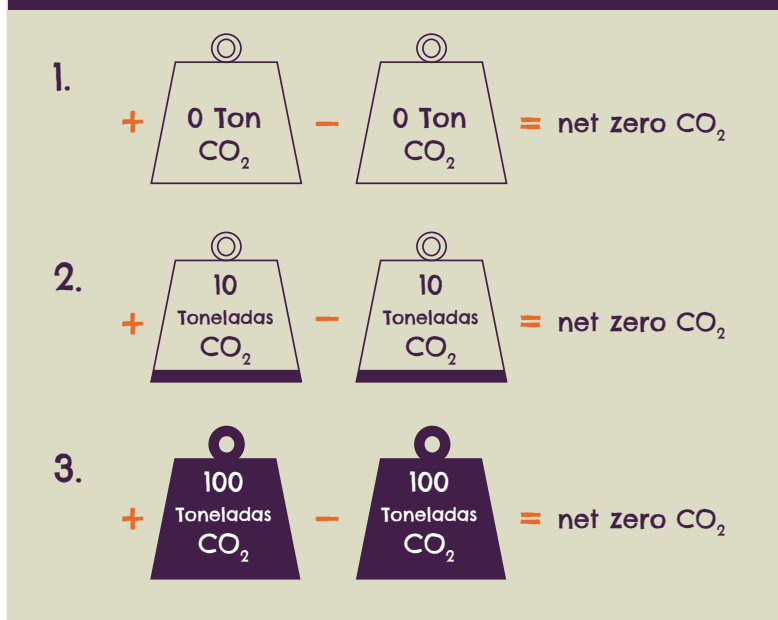
A acção climática para o Zero Real requer profundas reservas de coragem para desafiar os modelos económicos, os sistemas quebrados e o poder corporativo que estão na raiz das crises climáticas e da biodiversidade.

1. Lenton, T. et al (2019), “Pontos de ruptura climática: demasiado arriscado para apostar contra”, <https://www.nature.com/articles/d41586-019-03595-0>

“Net zero” não significa “zero”

Então o que significa “net zero”, e em que é diferente do Zero Real? A resposta reside no detalhe.

Figura 1: Como o “net zero” disfarça a quantidade de emissões reais.



Todos estes cenários ilustrativos de emissões resultam em toneladas “net zero” de CO₂.

O primeiro cenário não envolve poluição.

O segundo cenário envolve uma poluição mínima, e uma remoção mínima de CO₂.

O terceiro cenário envolve uma poluição significativa de CO₂, e requer uma grande quantidade de remoção de CO₂. Confiar na remoção do CO₂ trará enormes danos sociais e ecológicos e desafios tecnológicos.

Infelizmente, a “net” em “net zero” pode disfarçar planos para negócios – como o habitual, ou mesmo mais do que o habitual. Quanto maior for o valor “compensado”, mais fraca será a meta.

A nossa capacidade de remover permanentemente o CO₂ da atmosfera é limitada.² É perigoso assumir que podemos continuar a libertar grandes quantidades de GEE para a atmosfera, e que a Terra terá capacidade tecnológica ou ecológica suficiente para absorver todos os GEE libertados sob os planos “net zero” de todos os países e corporações.

Em vez de se esperar remover ou “eliminar” os GEE, as metas climáticas devem concentrar-se em trazer a quantidade de GEE produzida o mais próximo possível de zero, e minimizar a quantidade total de GEE adicionados à atmosfera. Devem ser feitas perguntas-chave para revelar lacunas ocultas em metas “net zero”, incluindo:

- Quando a meta “net zero” for atingida, quanta poluição por GEE ainda estará a ocorrer? As emissões

de gases com efeito de estufa serão reduzidas a quase zero – ou não?

- De quanto depende a remoção de CO₂ para atingir o “net zero”? Como e onde é que isso será conseguido?
- Que sectores e GEE estão incluídos? Alguns ou todos?³
- Quantos anos ou décadas antes que um país ou empresa possa alegar estar em “net zero”?
- Entre agora e a data prevista “net zero”, quantas emissões cumulativas no total terão sido adicionadas à atmosfera?
- Haverá “excesso”, ou seja, acumulação de emissões atmosféricas que levam o planeta a mais de 1,5°C de aquecimento antes de ocorrerem as supostas remoções de CO₂, aumentando assim significativamente o risco de atravessar pontos de ruptura irreversíveis?

2. Dooley, K. & Kartha, S. (2018) “Emissões negativas terrestres: risco para a mitigação do clima e impactos no desenvolvimento sustentável” <https://link.springer.com/article/10.1007/s10784-017-9382-9>

3. Kuriakose, J et al. (2019) “Definição de metas climáticas: quando é que o net zero é mesmo net zero?” http://blog.policy.manchester.ac.uk/energy_environment/2019/04/setting-climate-targets-when-is-net-zero-really-net-zero/

“Net” é uma aposta que vem com grande incerteza e potenciais graves danos

Infelizmente, um número chocante de metas governamentais e empresariais de “net zero” assume de facto que vastas plantações de árvores, geralmente em países do Sul global, ou tecnologias não comprovadas como a Direct Air Capture (DAC) ou BECCS, irão fazer a maior parte do trabalho para compensar o aumento das emissões.⁴

É imprudente confiar em tecnologias futuristas que muitos especialistas duvidam que alguma vez funcionarão realmente à escala necessária. Algumas das abordagens exigiriam enormes quantidades de terra para novas monoculturas de árvores, e seriam susceptíveis de conduzir a conflitos sobre alimentos, água, ecossistemas e meios de subsistência. Alguns proponentes prevêem que centenas de milhões – ou mesmo milhares de milhões – de hectares de terra sejam atribuídos à bioenergia (para o BECCS) ou a plantações de árvores com compensação

de carbono. É provável que a agricultura rural e as comunidades indígenas no Sul global sejam expulsas das suas terras. Como resultado, a falta de terra sem precedentes, a fome e os aumentos dos preços dos alimentos afectariam desproporcionalmente as pessoas e as comunidades que pouco fizeram para contribuir para a mudança climática, agravando ainda mais a já profunda injustiça da crise climática.⁵

Simplemente não há terra disponível suficiente no planeta para acomodar todos os planos corporativos e governamentais combinados de compensações e plantações de árvores para BECCS. Os grandes requisitos para a remoção de CO₂ preparam o terreno para soluções de “geoengenharia” fantasiosas e perigosas.

As metas “net zero” podem assim esconder profundas desigualdades e injustiças. Corporações, países do Norte e elites planeiam continuar a queimar combustíveis fósseis, presumindo que as florestas e as terras no Sul global absorverão as suas emissões, e que as comunidades da linha da frente, as mulheres e os jovens pagarão o custo com a sua subsistência e até mesmo com vidas.



Anúncios “net zero” fazem manchetes. Crédito: WhatNext?

4. ActionAid (2015) “Apanhado no Net: Como as “emissões net zero” atrasarão a acção climática e conduzirão à usurpação de terras”, <https://actionaid.org/publications/2015/caught-net-how-net-zero-emissions-will-delay-real-climate-action-and-drive-land>
5. ActionAid (2019) “BECCS: Uma distração perigosa”, <https://www.actionaidusa.org/publications/beccs-a-dangerous-distraction/>

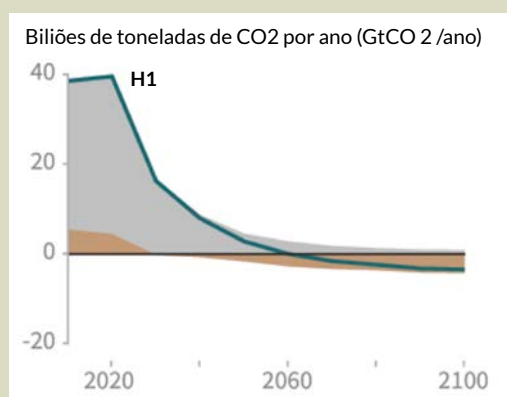
Figura 2: Quatro modelos de percursos ilustrativos desenvolvidos pelo IPCC

Em 2018, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) publicou o influente “Relatório Especial sobre o Aquecimento Global de 1,5°C”.⁶ Os quatro gráficos abaixo mostram quatro vias diferentes possíveis para limitar o aquecimento a 1,5°C.⁷

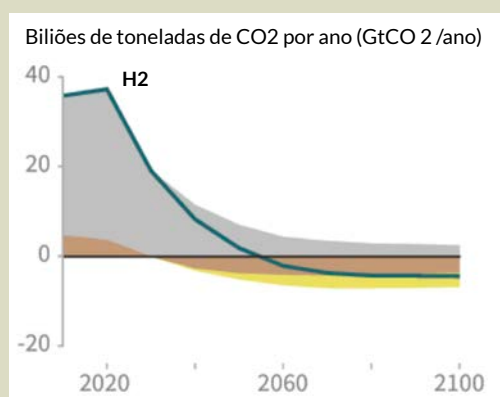
Os quatro cenários mostram que quanto mais GEE forem libertados na atmosfera através de combustíveis fósseis e da indústria (a área cinzenta acima da linha horizontal), mais terão de ser removidos da atmosfera utilizando a agricultura, as florestas e outros usos do solo (AFOLU – mostrado em castanho) ou BECCS – (mostrado em amarelo) abaixo da linha horizontal.

Dado o risco de que a BECCS nunca funcione em escala e cause danos imensos, a única opção realista e equitativa para limitar o aquecimento global a 1,5°C é reduzir as emissões de combustíveis fósseis a zero o mais rapidamente possível, de modo a minimizar o total de GEE que entra na atmosfera.

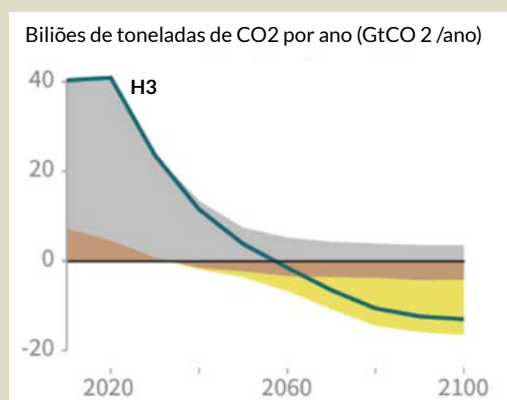
Chave: ● Combustíveis fósseis e a Indústria ● Agricultura, Silvicultura e outros usos da terra ● Bio-energia com Captura e Armazenamento de Carbono



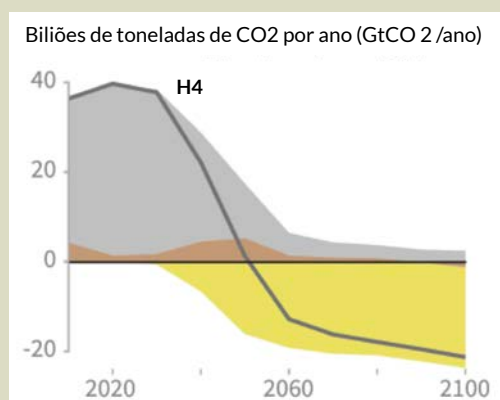
C1: Um cenário em que as inovações sociais, empresariais e tecnológicas resultam numa menor procura de energia até 2050 enquanto o nível de vida aumenta, especialmente no Sul global. Um sistema energético reduzido permite uma rápida descarbonização do fornecimento de energia. A arborização é a única opção CDR considerada; não são utilizados combustíveis fósseis com CCS nem BECCS.



C2: Um cenário com um amplo enfoque na sustentabilidade, incluindo intensidade energética, desenvolvimento humano, convergência económica e cooperação internacional, bem como a mudança para padrões de consumo sustentáveis e saudáveis, inovação tecnológica com baixo teor de carbono, e sistemas terrestres bem geridos com uma aceitabilidade social limitada para o BECCS.



C3: Um cenário intermédio em que o desenvolvimento social e tecnológico segue padrões históricos. As reduções de emissões são conseguidas principalmente através da alteração da forma como a energia e os produtos são produzidos, e em menor grau através da redução da procura.



C4: Um cenário de recursos e energia intensiva em que o crescimento económico e a globalização conduzem à adoção generalizada de estilos de vida intensivos em gases com efeito de estufa, incluindo uma elevada procura de combustíveis para o transporte e de produtos animais. As reduções de emissões são conseguidas principalmente através de meios tecnológicos, fazendo uma forte utilização do CDR através da implementação do BECCS.

6. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2018) “Relatório especial: Aquecimento Global de 1,5°C” <https://www.ipcc.ch/sr15/>

7. Gráfico IPCC (2018) “Características de quatro modelos de percursos ilustrativos” <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/02/SPM3b.png>

“Net zero até 2050” – muito pouco, demasiado tarde

As datas distantes de muitas metas “net zero” sugerem que não são de modo algum sérias ou ambiciosas. Metas distantes de “net zero até 2050” significam a inacção ou acção prejudicial que se prolonga por décadas. Com demasiada frequência, políticos e líderes empresariais declaram metas climáticas “net zero até 2050” como sendo visionárias, mas sem planearem tomar medidas reais durante os seus mandatos. Em vez disso, eles podem usar essas promessas distantes para adiar a responsabilidade da acção aos seus sucessores, quando será demasiado tarde. (Ou seja, se os seus sucessores optarem mesmo por cumprir os compromissos e não revogar as metas). O Acordo de Paris declarou uma meta global de alcançar “um equilíbrio entre sumidouros e fontes” de GEE até 2050 (ou seja, que todos os GEE emitidos em 2050 devem ser equilibrados através de “sumidouros” de carbono, tais como florestas ou outros meios). No entanto, se for considerado em combinação com o orçamento de carbono para se manter abaixo de 1,5°C, essa meta global significa que os poluidores precisam de chegar ao Zero Real décadas antes de 2050.

Empresas de combustíveis fósseis como a BP⁸ e a Shell⁹ declararam metas de “net zero até 2050”,¹⁰ afirmando-se como “líderes climáticos”. Mas os planos mostram que estão de facto a planear extrair e queimar 120% mais combustíveis fósseis do que o limite para manter o planeta abaixo de 1,5°C de aquecimento.¹¹ Isso mostra o quão perigosos os esquemas de “net zero” realmente são. Se forem realizados, estes planos tornarão impossível cumprir o objectivo do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5°C.¹²

Compensações de carbono – transferir o fardo em vez de reduzir os GEE

As metas “net zero” procuram frequentemente compensar os GEE através da compra de créditos de carbono, também conhecidos como “compensações de carbono”. Mas não há capacidade planetária suficiente para remover e compensar o aumento contínuo dos GEE. Portanto, é impossível que os planos “net zero” que dependem fortemente das compensações de carbono nos mantenham abaixo de 1,5°C de aquecimento.

Os créditos ou compensações de carbono tendem a ser adquiridos por países ou corporações no Norte global de projectos em países do Sul global, longe de onde os GEE foram produzidos. Os actores supostamente mais verdes, geralmente no Sul global, são pagos para fazer actividades de redução de emissões em nome do país comprador ou empresa com a meta climática “net zero”. As compensações de carbono e os esquemas de comércio de carbono significam que os poluidores podem continuar a fazer negócios como habitualmente, sem fazer as mudanças necessárias,¹³ embora ainda afirmem, como instituições individuais, estar no bom caminho para as emissões “net zero”.

As compensações internacionais de carbono também tendem a aumentar o peso da acção climática para os países e as comunidades do Sul global. Quando as reduções de emissões de projectos em países do Sul global são compradas como créditos de compensação de carbono por países e empresas do Norte global, os países onde os projectos estão localizados não são capazes de reivindicar essas reduções de GEE para as suas próprias metas climáticas nacionais. Após a venda de créditos de carbono resultantes de actividades de redução de GEE, esses países ainda são obrigados a tomar medidas adicionais para reduzir os seus próprios GEE, a fim de cumprirem as suas obrigações do Acordo de Paris – muitas vezes a um custo económico e social mais elevado.

-
8. The Guardian (Fevereiro 2020) “BP estabelece meta de net zero de carbono para 2050”, <https://www.theguardian.com/business/2020/feb/12/bp-sets-net-zero-carbon-target-for-2050>
 9. AFP (Abril 2020) “Grupos verdes cautelosos enquanto a Shell divulga o plano “net zero””, <https://www.france24.com/en/20200416-green-groups-cautious-as-shell-unveils-net-zero-plan>
 10. *Inside Climate News* (Julho 2020) “O que as emissões net zero significam para o *Big Oil*? Não é o que você pensaria”, <https://insideclimatenews.org/news/15072020/oil-gas-climate-pledges-bp-shell-exxon>
 11. Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) et al (2019) “A Lacuna de Produção”, <http://productiongap.org/2019report/>
 12. *Oil Change International* (2020) “Verificação da Realidade do *Big Oil*”, <http://priceofoil.org/content/uploads/2020/09/OCI-Big-Oil-Reality-Check-vF.pdf>
 13. Gifford, L. (2020) “Não se pode contar o que não se pode medir: um olhar crítico sobre a contabilidade do carbono florestal”, <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-020-02653-1>

Um “cartão livre para sair da prisão eliminado”

As preocupações acima referidas significam que, em quase todos os casos, as promessas “net zero” significam uma falta de acção ambiciosa. Na sua maioria, servem, na realidade, para fazer “greenwash” aos planos corporativos que irão causar grandes danos, incluindo abusos dos direitos humanos, emissões descontroladas e destruição ecológica.

Longe de significar ambição climática, a frase “net zero” está a ser usada por uma maioria de governos e corporações poluidoras para orquestrar cláusulas de escape de modo a fugir à responsabilidade, transferir fardos, disfarçar a inacção climática e, em alguns casos, até para aumentar a extracção, a queima e as emissões de combustíveis fósseis. O termo é utilizado para tornar os negócios mais “verdes” – como de costume ou até mesmo “mais verdes” – do que de costume. No cerne dessas promessas estão metas pequenas e distantes que não requerem qualquer acção por décadas, e promessas de tecnologias que provavelmente nunca funcionarão em escala, e que são susceptíveis de causar enormes danos se se concretizarem.

Adicionar “net” a “zero” significa um “cartão livre para sair da prisão” para poluidores que é cada vez mais usado para evitar ou atrasar a redução das emissões.

Justo e Claro – Faça a sua parte

A economia global tem sido historicamente e fortemente movida a combustíveis fósseis, para beneficiar apenas um punhado de países predominantemente do Norte e CTNs. A riqueza que essas nações e as CTNs acumularam é, em si mesma, um resultado directo de práticas colonialistas, imperialistas, racistas e patriarcais – a exploração de ecossistemas e povos em todo o Sul global – que sacrificam os muitos em nome dos poucos e poderosos. Esta acumulação concentrada em ganância e riqueza alimentou (literalmente) a crise climática, e continua a alimentá-la.

A crise climática não é, portanto, uma crise igualitária. Aqueles que menos contribuíram para ela são os que

mais sofrem. Do mesmo modo, a resposta para enfrentar a crise climática não deve ser uma resposta de igualdade (todos devem fazer o mesmo) mas sim de equidade (todos devem fazer a sua quota-parte justa).¹⁴ Os países do Norte global devem fazer muito mais, e muito mais depressa do que aqueles com menos capacidade e pouca responsabilidade histórica pela poluição da atmosfera da Terra.¹⁵ Todos os países devem reduzir rapidamente as suas emissões domésticas – ou seja, as produzidas dentro das suas próprias fronteiras – para o Zero Real. Mas os países desenvolvidos têm a obrigação ética de o fazer mais rapidamente e, **além disso**, apoiar reduções para o Zero Real nos países menos desenvolvidos, da linha da frente, como parte da sua quota-parte justa do esforço global para enfrentar a emergência climática.¹⁶ Para muitos países desenvolvidos predominantemente no Norte global que lucraram muito com uma economia de combustíveis fósseis, as responsabilidades de financiamento climático podem ser ainda maiores do que a obrigação de reduzir as emissões domésticas para o Zero Real. Os países desenvolvidos devem assumir a sua responsabilidade climática e fazer o árduo trabalho de transformação porque é simplesmente justo – e porque não é do interesse de ninguém que a Terra sofra o caos da ruptura climática descontrolada.

O papel dos ecossistemas biodiversificados na acção climática

A acção climática requer esforços urgentes para proteger e restaurar os ecossistemas biodiversos do planeta. Estes actuam como sumidouros naturais vitais para o dióxido de carbono, desempenham um papel crítico no ciclo de carbono da Terra, e regulam os níveis de CO₂ atmosférico. No entanto, a aceleração das taxas de desflorestação e degradação significa que as áreas de superfície terrestre com ecossistemas naturais prósperos estão a diminuir, acelerando ainda mais o aumento da temperatura global e tornando os padrões climáticos locais mais erráticos. A quantidade de terra que os ecossistemas podem cobrir globalmente – e, portanto, o CO₂ que podem sequestrar – é limitada.

14. Publicação da sociedade civil Joint (2015) “Acções justas: Uma análise da equidade da sociedade civil”, <http://civilsocietyreview.org/report/>

15. Calculadora de Referência de Equidade Climática <http://civilsocietyreview.org/report/>

16. Amigos da Terra (página web) “Distribuição justa da carga climática”, <https://www.foei.org/climate-fair-shares>

Estudos mostram que os ecossistemas biológicos e naturais sequestram o carbono de forma mais eficaz do que as plantações de árvores; são mais resistentes à seca, aos incêndios e às inundações; e que o meio mais eficaz de proteger os ecossistemas é através da salvaguarda dos direitos dos povos indígenas que são os guardiões tradicionais dos seus territórios.¹⁷

Assim, a utilização de ecossistemas para reduzir as emissões só pode ser eficaz sob um conjunto extremamente limitado de condições. Apenas os ecossistemas dentro das fronteiras nacionais de um país devem ser incluídos na contabilidade de uma nação, e o carbono sequestrado pelos ecossistemas de outros países não deve ser contabilizado. As medidas devem proteger e restaurar os ecossistemas domésticos naturais, e salvaguardar os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais. E como os ecossistemas podem ser reduzidos ou perdidos devido às mudanças climáticas, o que significa que o seu potencial de armazenamento é temporário e não permanente, o carbono sequestrado nos ecossistemas deve ser contabilizado de forma transparente e separada das emissões industriais.¹⁸ É também importante notar que para os povos indígenas e as comunidades locais estes ecossistemas são meios de sobrevivência, e têm objectivos espirituais e outros, muito para além do valor de carbono nas árvores.

Só nestas condições, e se as emissões industriais forem suficientemente reduzidas, poderá o carbono sequestrado nestes ecossistemas contribuir realisticamente para que as emissões nacionais sejam reduzidas ao Zero Real.

Precisamos de metas reais baseadas em soluções reais

A incapacidade de tomar medidas climáticas é agora classificada como a maior ameaça à humanidade. O “net zero” faz desta ameaça uma realidade.

É evidente que o simples anúncio de uma meta “net zero até 2050” não é um compromisso para uma acção climática séria. De facto, em muitos casos, estes anúncios são feitos para encobrir uma falta de acção real. Infelizmente, a maioria das reivindicações do “net zero” são, na melhor das hipóteses, cortinas de fumo, e na pior, enganos deliberados que contribuem para as emissões, injustiça, racismo, patriarcado, colonialismo e capitalismo.

As corporações e os países do Norte global que têm causado predominantemente as mudanças climáticas querem que acreditemos que as suas promessas de “net zero” e esquemas perigosos e não comprovados nos salvarão. Muitos reconhecem a urgência de agir – mas acreditam que estamos sem tempo e que a nossa única esperança são estratégias como o BECCS e os mercados de carbono, ou abordagens perigosas de geoengenharia, mesmo que sejam arriscadas e não funcionem.

A verdade é que estamos sem tempo para as meias-medidas e distrações perigosas que estão na base da maioria dos planos de acção “net zero”. A nossa única esperança é implementar rapidamente soluções reais baseadas nas pessoas que conduzam a emissões zero real. Apesar do que os poluidores querem que acreditemos, estas soluções reais existem e funcionarão quando implementadas em escala. Estas soluções não só evitarão uma mudança climática desenfreada, como também restabelecerão o equilíbrio da natureza e melhorarão drasticamente a vida das pessoas. Estas soluções incluem:

- Transição para sistemas de energia 100% renováveis que são controlados democraticamente, criando novos empregos e protegendo os trabalhadores.
- Mudança da agricultura industrial para práticas agroecológicas, acabando com os subsídios perversos e a utilização de fertilizantes artificiais.
- Investir em infra-estruturas de transporte público de massa eléctrico gratuito ou fortemente subsidiado, juntamente com tornar as cidades menos dependentes do automóvel e mais amigas da bicicleta.
- Investir publicamente no reequipamento de edifícios antigos e ineficientes e assegurar sistemas eficientes de aquecimento e arrefecimento em todos os novos edifícios e casas, através de políticas públicas que os tornem acessíveis a todos.

O simples anúncio de uma meta “net zero até 2050” não é suficiente para mostrar um plano sério de acção climática. Pelo contrário, especialmente quando feito por corporações e países do Norte global, é uma proclamação pública do fracasso antiético e irresponsável em agir. Para termos uma oportunidade de evitar um colapso climático descontrolado, precisamos de metas que exijam uma acção real, e que empreguem soluções reais para nos levar ao zero real – de forma justa e rápida.

17. Climate, Land, Ambition & Rights Alliance (CLARA) (2018) “Os Caminhos que faltam para chegar a 1.5°C: O papel do sector da terra em acções climáticas ambiciosas”, <https://www.climatelandambitionrightsalliance.org/report>

18. McLaren et al (2019) “Para além de “net zero”: Um caso para metas separadas de redução de emissões e de emissões negativas”, <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fclim.2019.00004/full>

Extracto do *briefing* “Soluções Reais, Zero Real” (2019) co-autoria da *Corporate Accountability, WhatNext? e outros*.¹⁹

Soluções climáticas reais

Esta lista ilustra apenas alguns exemplos de soluções reais e ferramentas políticas que os países devem utilizar imediatamente para efectuar mudanças significativas, embora todas elas se desenrolem em diferentes escalas de tempo (sublinhando ainda mais a necessidade de as implementar imediatamente e a par de mudanças comportamentais e de consumo). Muitas destas já são implementadas a nível local e nacional. Várias destas medidas podem ser facilmente implementadas directamente, enquanto outras requerem cooperação internacional.

Comportamento, consumo e equidade

- Visar de forma drástica o consumo excessivo e esbanjador de corporações e elites ricas.
- Reduzir os níveis absolutos de utilização de energia e consumo geral entre a parte mais rica da população mundial.
- Assegurar transições justas em todos os sectores que garantam aos trabalhadores a possibilidade de mudarem para novos e seguros empregos verdes.
- Assegurar que este tipo de soluções reais sejam possíveis nos países em desenvolvimento que menos fizeram para causar mudanças climáticas, em linha com quotas justas e Responsabilidades Comuns Mas Diferenciadas.

Energia renovável

- Planear e transformar sistemas de energia longe de combustíveis fósseis controlados por empresas centralizadas e outras tecnologias nocivas, tais como nuclear, mega-hidro e biocombustíveis, para sistemas limpos e seguros que capacitam pessoas e comunidades.
- Implementar políticas, investimentos públicos e incentivos para uma transição justa e equitativa para 100% de energia renovável (até 2030 para os países desenvolvidos), que permita a democracia energética, crie novas oportunidades de emprego, encoraje a distribuição de energia renovável, promova o controlo local e a propriedade comunitária e proteja os trabalhadores e as comunidades mais afectadas pelas economias extractivas.
- Implementar esquemas de financiamento, tecnologia e capacidade climática no âmbito da UNFCCC, e outros meios para apoiar, de acordo com as quotas justas dos países, permitindo que os países em desenvolvimento passem rapidamente para 100% de energia renovável.
- Eliminar os direitos de propriedade intelectual ou outros obstáculos às tecnologias ambientalmente saudáveis de baixo custo e acessíveis.

Combustíveis fósseis

- Criar uma moratória imediata para todas as novas extracções de combustíveis fósseis.
- Desenvolver tratados e acordos legais para uma redução equitativa e rápida dos combustíveis fósseis existentes.
- Acabar com os subsídios aos produtores que promovem os combustíveis fósseis.

19. *LIFE - Education, Sustainability, Equality, WhatNext?, Corporate Accountability*, Coligação Global de Florestas, Don Lehr, Rede Ambiental Indígena, & *Plataforma Boliviana Frente al Cambio Climatico* (2019) “Soluções Reais para o Zero Real: Como o artigo 6.8 do Acordo de Paris pode ajudar a preparar o caminho para 1.5°C”, https://www.corporateaccountability.org/wp-content/uploads/2019/11/Article-6.8-of-the-Paris-Agreement-A-Non-Market-Approach-to-1_5_v4_FINAL.pdf

Educação e participação

- Aprimorar e expandir a educação ambiental relacionada com a utilização sustentável dos recursos e as mudanças climáticas nos currículos escolares, para facilitar a participação das pessoas na acção climática e para desenvolver as soluções reais necessárias para enfrentar a crise climática.
- Assegurar o acesso à informação pública de uma forma acessível e compreensível, e que capacite as pessoas a participarem no desenvolvimento de soluções climáticas.

Comida & terra

- Deixar a integridade ecológica dos ecossistemas naturais intacta e conservar a biodiversidade.
- Garantir a terra e os direitos de posse aos povos indígenas e às comunidades locais.
- Transformar rapidamente a agricultura industrial para práticas agroecológicas através de incentivos e políticas adequadas, combinadas com a remoção de subsídios perversos e a eliminação gradual dos fertilizantes artificiais.
- Promover e apoiar soluções baseadas em ecossistemas e comunidades para enfrentar as mudanças climáticas, incluindo sistemas agrícolas agroecológicos e a conservação comunitária de ecossistemas biodiversificados, tais como mas não limitados a prados e florestas. Estas são soluções de base comunitária que protegem a biodiversidade e a integridade dos ecossistemas, salvaguardando simultaneamente a soberania e os direitos alimentares, tudo isto proporcionando ao mesmo tempo benefícios substanciais de mitigação.
- Ampliar enormemente a restauração ecológica para recuperar florestas naturais, turfeiras e outros ecossistemas degradados, tanto para o clima como para a biodiversidade, através da garantia dos direitos e posse da terra para os povos indígenas e as comunidades locais, políticas públicas adequadas e financiamento público.
- Abraçar a conservação florestal governada pela comunidade, aprovando políticas governamentais que apoiem a segurança da posse e acesso à terra, agricultura sustentável, soberania alimentar e opções de subsistência sustentáveis que respeitem os direitos e o conhecimento tradicional dos povos indígenas e das comunidades locais.

Habitação

- Criar esquemas de investimento público que garantam a adaptação de casas antigas ineficientes e padrões de aquecimento passivos para todos os novos edifícios.
- Estabelecer novos padrões de refrigeração de alta eficiência com medidas direccionadas para assegurar a acessibilidade a todos.

Transporte

- Investir em infra-estruturas de transporte público electrificado de massa, com tarifas gratuitas ou fortemente subsidiadas.
- Tornar as cidades livres de carros e subsidiar bicicletas e bicicletas eléctricas.
- Estabelecer padrões de emissões rigorosos para todos os carros novos com, por exemplo, 10 por cento de aperto por ano. Proibir a venda de carros movidos a combustíveis fósseis (até 2030 nos países desenvolvidos).
- Garantir grandes investimentos públicos em comboios eléctricos.
- Proibir imediatamente a expansão de aeroportos, principalmente em países desenvolvidos.
- Estabelecer novos padrões de refrigeração de alta eficiência com medidas direccionadas para assegurar a acessibilidade a todos.

act:onaid



TWN
Third World Network

what?
next?